

ENTRE PARIS E PISA

200 anos de educação comparada

Luís Grosso Correia*, Ana Isabel Madeira** & Marcelo Caruso***

No ano de 1943, em pleno período da II Guerra Mundial, o catalão Pedro Rosseló (1943), secretário do Bureau International d'Éducation, organização intergovernamental orientada para a recolha de informação, estudo e disseminação internacional de estudos científicos sobre educação, sediada em Genebra e, à época, presidida por Jean Piaget, publicou a sua tese doutoral, defendida na Universidade de Lausanne, Suíça, sob o título *Les précurseurs du Bureau International d'Éducation: Quelques pages inédites de l'histoire de l'éducation*. Neste trabalho, Rosseló atribui, em termos históricos, a Marc-Antoine Jullien, dito de Paris (1775-1848), e ao seu *Esquisse et vues préliminaires d'un ouvrage sur l'éducation comparée* (1817)¹, brochura de 56 páginas publicada em 1817 resultante da reunião de artigos saídos no *Journal d'Éducation*, o primeiro esforço sistemático de uma abordagem comparativa e cooperativa em matéria educacional entre alguns estados, à época, instalados na Europa central.

A partir do início da Revolução Francesa, Marc-Antoine Jullien, então com 14 anos de idade, foi jornalista, publicista, político, militar, prisioneiro, homem viajado, dedicando grande parte das suas reflexões, mormente após a capitulação de Napoleão Bonaparte, a assuntos educativos sob a influência das teorias pedagógicas dos suíços Pestalozzi, Fellenberg e Pére Girard e do ensino mútuo do inglês Bell (Rosseló, 1943), sendo o seu ensaio sistemático de 1817 o trabalho que aqui nos interessa relevar.

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) / CIEE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas (Porto, Portugal).

** Universidade de Lisboa (Lisboa, Portugal).

*** Universidade Humboldt (Berlim, Alemanha).

¹ «Esquisse et vues préliminaires d'un ouvrage sur l'éducation comparée entrepris d'abord pour les vingt-deux cantons de la Suisse et pour quelques parties de l'Allemagne; susceptible d'être exécuté plus tard, d'après le même plan, pour tous les États d'Europe; et Modèle de tables comparatives d'observations, à l'usage des hommes qui, voulant se rendre compte de la situation actuelle de l'éducation et de l'instruction publique dans les différents pays d'Europe, seront disposés à concourir au travail d'ensemble dont on expose ici le plan et le but.

É neste quadro comemorativo dos 200 anos da publicação do primeiro ensaio de educação comparada que a revista *Educação, Sociedade & Culturas* acolhe o presente dossier temático.

Na definição e construção das sociedades ocidentais de base liberal, a educação de massas foi considerada como uma capacidade de leitura, escrita e cálculo que geraria efeitos nas técnicas de cognição dos indivíduos e, conseqüentemente, em resultados do ponto de vista político, económico, cultural e tecnológico. Na época contemporânea, o Estado-Nação assumirá, no quadro do contrato social com os cidadãos, o principal papel e responsabilidade na implementação de políticas públicas de educação (escolaridade obrigatória, básica, secundária, profissional, segundo modalidades formais e não-formais), replicando e retraduzindo, a nível nacional, um modelo de governança (comum aos estados europeus ou ocidentais) assente numa «maquinaria» pedagógica, profissional, técnica e administrativa da educação (financiamento público; supervisão, inspeção e regulação oficial; formação profissional de professores; currículos, programas escolares, avaliação, exames e diplomas; tecnologias, recursos e métodos pedagógicos renovados; etc.), regularmente «afinada» segundo as conjunturas político-educativas nacionais e internacionais.

A cooperação internacional emergiu como elemento central desde os primeiros esforços científicos de educação comparada. Esta preocupação foi particularmente enfatizada no ensaio de Marc-Antoine Jullien exortando os intelectuais europeus a recolher, organizar e divulgar dados sobre os diferentes sistemas educativos, e linha de estudo que tem acompanhado o desenvolvimento da disciplina de educação comparada. As tecnologias educativas e estudos exibidos nas exposições universais (especialmente a partir da de Paris, em 1867), assim como a fundação do *Bureau International des Écoles Nouvelles* por Adolphe Ferrière, em Genebra, em 1899, os estudos norte-americanos sobre outros sistemas educativos nacionais após a I Grande Guerra, a circulação de revistas especializadas desde a década de 1920 (por exemplo, o *Educational Yearbook* do Teachers College, Universidade de Columbia, entre 1924 e 1944), a criação de organização intergovernamentais como o *Bureau International d'Éducation*, em Genebra, em 1925, a UNESCO sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, ou a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), em 1961, marcaram o campo disciplinar da educação comparada quando perspetivado na longa duração.

António Nóvoa afirmou que a educação comparada é, na sua raiz, um estudo sobre o *Outro*. Na mesma linha, Jürgen Schriewer refere que o estudo da alteridade nunca perdeu o valor, função e foco autorreferenciado. Este estudo sobre a alteridade em educação foi, segundo os mesmos autores, desenvolvido de acordo com diferentes perspetivas e conjunturas teóricas, metodológicas e históricas (conhecer, compreender, construir e medir o *Outro*) e/ou como um modo cognitivo de governança, do qual derivam confrontos igualmente cognitivos (teóricos, metodológicos e políticos), conduzido por discursos, modelos e atores transnacionais.

Entre o ensaio de Marc-Antoine Jullien, dito de Paris, e, por exemplo, os mais recentes resultados do *Program for International Student Assessment* (PISA), implementado pela OCDE a partir de 2000, várias teorias, métodos, abordagens, objetos e tecnologias, convencionais ou críticos, têm sido desenvolvidos no campo da educação comparada.

Neste sentido, a *Educação, Sociedade & Culturas* convidou os/as investigadores/as a submeterem propostas de artigos baseados em diferentes estudos de educação comparada e a sua interconexão com a internacionalização de modelos educativos. Foram acolhidas várias propostas de artigo, das quais oito são agora dadas a lume no quadro deste dossier temático.

O dossier temático abre com o artigo «Ilusões e desilusões da educação comparada: Política e conhecimento», redigido sob a forma de ensaio por um dos mais internacionalmente renomados investigadores da área, António Nóvoa. O autor, ao retomar algumas das linhas de reflexão anteriormente tecidas em artigos como, por exemplo, «Modèles d'analyse en éducation comparée: Le champ et la carte» (Nóvoa, 1995) ou «Comparative research in education: A mode of governance or a historical journey?» (Nóvoa & Yariv-Mashal, 2003), procede à atualização da cartografia conceptual, metodológica e política das questões envolvidas nas agendas dos estudos educativo-comparados à luz da sua experiência cognitiva. A experiência do autor foi amadurecida à luz da sua condição de, a um tempo, investigador, agente, decisor e consultor educacional, mantendo, contudo, os traços característicos de uma abordagem socio-histórica, radical e crítica. O balanço (problematizado e) realizado por António Nóvoa assenta em conjunturas abertas por acontecimentos marcantes nos estudos comparativos (1817, 1867, 1917, 1967) e, tendo sido originalmente concebido segundo o estilo de uma apresentação em conferência internacional, acaba aqui por ser sistematizado em formato de artigo científico.

Ana Lúcia Fernandes e Libânia Nacif Xavier empreendem, no seu artigo intitulado «Buscando os nexos, contornando as distâncias: A comparação na pesquisa em história da educação», a análise dos trabalhos concretizados por investigadores portugueses e brasileiros a partir do diálogo entre ambas as comunidades de pesquisa aberto pelo primeiro congresso luso-brasileiro de história da educação, realizado em Lisboa, em 1996. As autoras identificam, analisam e interpretam, de modo denso, as influências, projetos, trabalhos, atores, tendências epistemológicas, publicações e resultados das pesquisas desenvolvidas no quadro do esforço cruzado e concertado entre as duas comunidades, à luz dos suportes institucionais e dinâmicas contextuais entretanto criados de ambos os lados do Atlântico.

O artigo intitulado «La educación comparada en América Latina: Tradiciones históricas, circulación de temas, perspectivas y usos contemporáneos de la comparación en los estudios pedagógicos», de Felicitas Acosta e Guillermo Ruiz, faz o mapeamento dos debates conceptuais, técnicos e políticos em torno dos estudos de educação comparada numa região diversa. Colocando o foco no papel central desempenhado pelos estados-nação americanos, toma por

eixo o uso da comparação e circulação de temas, metodologias e práticas aplicadas ao desenvolvimento de políticas públicas de educação à escala global e regional. Para tanto, a partir da ideia de transferência de práticas educativas e da apropriação política para a organização dos sistemas educativos de base nacional, os autores desdobram a análise a partir de quatro núcleos de reflexão (transferências de práticas entre contextos nacionais; comparação como forma de validação científica dessas transferências; tensão entre incorporação dessas práticas e os contextos socioculturais específicos; e tensão entre o escrúpulo cognitivo exigido pelo trabalho comparativo-educativo e sua utilização com finalidade política), os diferentes quadros de referência (nacional, regional e global) e a influência de organismos internacionais na região.

O trabalho que Wiara Rosa Rios Alcântara, «Entre Paris e São Paulo: A internacionalização de modelos pedagógicos de formação docente no início do século XX», procura demonstrar como a cultura material e a biblioteca da Escola Normal do Brás, no Estado de S. Paulo, Brasil, é, nas décadas de 1910 e 1920, fonte, garante o estudo de caso para a investigação robusta sobre a internacionalização de modelos e práticas pedagógicas para a formação de professoras do ensino primário. Esta internacionalização é simbiótica ao coligar recursos educativos materiais, tangíveis (disseminados por empresas internacionais a partir de exposições universais ou temático-educacionais e/ou por representação através de empresas nacionais, por exemplo), com modelos e práticas (simbólicos) de organização administrativa, curricular e pedagógica veiculados através da literatura estrangeira consultada, na biblioteca da instituição escolar, por professores e normalistas. Com este estudo aproximamo-nos do estudo do quotidiano das instituições escolares, espaço onde o processo de apropriação, contextualização e re-significação de ideias, materiais e práticas, no caso vertente, de âmbito internacional, ganha sentido, corpo e densidade.

Luís Miguel Carvalho, com o artigo «Fazendo conhecimento comparado para a política: Notas de um estudo sobre a construção da ecologia do PISA», entretece uma análise problematizada e atualizada do *sistema* PISA da OCDE. A perspetiva holística assumida pelo autor recobre as dimensões histórica, informacional, técnica (metodologias e práticas) e política (no sentido de política pública) que são proporcionados pelos resultados do programa internacional de avaliação das competências de literacia linguística, matemática e científica dos estudantes de 15 anos de idade, por um lado, e as apropriações, reflexividade e legitimação desses resultados junto de diferentes atores (públicos, institucionais, profissionais) a nível dos estados-membros e de outros estados envolvidos e/ou alvo do inquérito PISA, por outro. A quantidade, qualidade e metodologia de tratamento da informação recolhida pelo PISA transfiguraram, desde o ano 2000, o panorama internacional e nele alocaram a OCDE como um dos mais importantes e influentes *players*, tanto do ponto de vista técnico, como do ponto de vista de desenho, implementação e avaliação de políticas públicas de educação escolar cognitivamente estruturadas. O

sistema PISA é ainda ampliado, pela mesma OCDE, por subprogramas em curso destinados a países em desenvolvimento (PISA-D, de desenvolvimento), a micro-contextos de aprendizagem escolar (PISA-E, de escolas) ou ainda pela sua combinação com outros estudos orientados para o desenvolvimento e desempenho docente, como o programa TALIS.

No artigo «El Proceso de Bolonia y la Escuela Nueva: Un análisis comparado de convergencias y divergências», Leoncio Vega Gil desenvolve uma análise socio-histórica densa e informada sobre a relação entre aqueles dois movimentos que, espaçados entre si por mais de uma centena de anos e com destinatários diferentes, comungam de alguns princípios orientadores. O autor analisa, desta forma, o designado processo de Bolonha à luz de uma perspetiva eminentemente pedagógica, evitando, desta forma, as abordagens mais prevalentes: criação do espaço europeu de educação superior; reforma das estruturas curriculares de programas de graduação e pós-graduação; reorganização político-administrativa do ensino superior e da investigação científica; promoção da comparabilidade, creditação, mobilidade e empregabilidade das formações académicas na Europa, entre outras. A perspetiva que o autor imprime ao artigo assenta em noções básicas de metodologia do trabalho escolar/académico abordadas à luz de unidades de comparação bem definidas (conceitos, contextos e processos) e de quatro categorias analíticas: o/a estudante, o/a docente, o espaço socioinstitucional e a relação metodológico-didática. Com os resultados apurados, o artigo defende que ambos os movimentos criaram narrativas, glossários, discursos e construções pedagógicas próprios em contextos histórico-tecnológico-educativos diferenciados. O movimento da Escola Nova foi desenvolvido segundo um modelo horizontal, interior e pedagogicamente sustentável ao passo que o Processo de Bolonha é vertical, externo e profundamente político-ideológico, integrado numa conjuntura de redução e racionalização dos recursos económico-financeiros.

Edgar Mundulai Barroso, no artigo intitulado «As dinâmicas globais do ensino superior, a contra-narrativa africana e o caso de Moçambique», toma por objeto de análise os discursos sobre ensino superior prevalentes no espaço internacional, em particular desde o período embrionário da criação do espaço europeu de educação (Declaração de Bolonha, 1999), e a sua alocação, de modo crítico (de contra-narrativa), à realidade de uma certa África, como contexto regional, e de Moçambique, em particular. Para tanto, toma por eixo estruturador as narrativas e práticas sobre a internacionalização de políticas e programas educacionais (do ponto de vista legal, mercantilista, competitivo, de financiamento e autonomia institucional e de mobilidade de estudantes) entre instituições de ensino superior, a nível global e regional, com a finalidade de produzir uma reflexão empiricamente ancorada na especificidade moçambicana. Esta abordagem focada sobre o ensino superior colocará, de modo evidente, as fragilidades do sistema educativo nacional moçambicano, desde a educação pré-escolar até ao final do ensino secundário, por um lado, e da maturidade organizacional das instituições de ensino superior

moçambicanas, a nível das infraestruturas, equipamentos, fontes de financiamento, qualificação dos recursos docentes, programas de formação graduada e pós-graduada, políticas de autonomia, gestão e regulação, entre outras características, por outro.

O dossier temático encerra com o artigo de Fabiano Lemos, o qual, a um tempo, nos interpela e lança pistas de resposta sobre «O que é um modelo pedagógico? Contribuições filosóficas a um problema de metodologia histórica». Com ele, somos convidados a rever, através de uma perspetiva filosófica, o conceito de modelo (interface de aplicabilidade do ideal no real) dominante no campo das ciências sociais e humanas nos dois últimos séculos. O autor propõe, assim, uma heurística outra, esboçada a partir das dificuldades e limitações identificadas, num mesmo processo, na relação empiria-teoria e no (problema de) estatuto da objetividade e de dedução discursiva, em ordem a analisar o método, coerência, densidade, rigor, significação e legitimidade científicas. No que tange à dedução técnica de um modelo pedagógico, o autor alerta, por exemplo, que há que ter em conta diferentes escalas de análise, como as soluções tecnológicas (de organização escolar e curricular de ensino secundário) ou os dispositivos comparativos orientados para um modelo ainda mais geral (Processo de Bolonha ou PISA), defendendo, porém, a importância da mobilização de critérios de avaliação capazes de clarificar o estatuto da objetividade e a sustentabilidade metodológica desses modelos.

Estamos em crer que os artigos coligidos nesta edição da ESC constituem um contributo significativo para os debates teóricos e metodológicos sobre a educação comparada e a educação internacional, acrescentando-lhe uma visão escorada na epistemologia e nas experiências de investigação comparadas de raiz lusófona e ibero-americana.

Referências bibliográficas

- Jullien, Marc-Antoine (1817). *Esquisse et vues préliminaires d'un ouvrage sur l'éducation comparée*. Paris: L. Colas.
- Nóvoa, António (1995). Modèles d'analyse en éducation comparée: Le champ et la carte. *Les Sciences de l'Éducation: Pour l'Ère Nouvelle*, 2-3, 9-61.
- Nóvoa, António, & Yariv-Mashal, Tali (2003). Comparative research in education: A mode of governance or a historical journey?. *Comparative Education*, 39(4), 423-438. doi:10.1080/0305006032000162002
- Rosseló, Pedro (1943). *Les précurseurs du Bureau international d'éducation: Un aspect inédit de l'histoire de l'éducation et des institutions internationales*. Geneva: Bureau International d'Éducation.